

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Professor Titular aposentado da Faculdade de Direito da UFMG.
Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
Membro da comissão de juristas encarregados pelo Senado Federal da elaboração
do Anteprojeto do novo Código de Processo Civil Brasileiro.
Doutor. Advogado (Parecerista).

CURSO *de* DIREITO PROCESSUAL CIVIL *Volume I*

59^a edição Revista,
atualizada
e ampliada

- Teoria Geral do
Direito Processual Civil
- Processo de Conhecimento
- Procedimento Comum



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

EDITORIA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

1ª edição – 1985

59ª edição – 2018

- Capa: Danilo Oliveira
- Data de fechamento: 20.10.2017

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

T355c

v. 1

Theodoro Júnior, Humberto, 1938-

Curso de direito processual civil / Humberto Theodoro Júnior. – 59. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Bibliografia

ISBN 978-85-309-7770-2

1. Processo civil - Brasil. I. Título.

17-45405

CDU: 347.91/95(81)

Índice da Matéria

TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Parte I – Noções Fundamentais

Capítulo I – Conceito, História e Fontes do Direito Processual Civil

§ 1º Direito Processual Civil	3
1. Noções gerais	3
2. Definição	4
3. Natureza.....	5
4. Relações com outros ramos do Direito	5
5. Objetivo	7
6. Novos rumos do direito processual civil.....	8
7. Universalidade dos problemas do processo moderno.....	10
§ 2º História do Direito Processual Civil.....	12
8. Origens	12
9. Evolução: mundo clássico. Grécia.....	12
10. O processo civil romano.....	13
11. Processo comum	14
12. O processo civil moderno (fase científica)	16
13. Esquema histórico-evolutivo do processo civil do século XIX ao século XXI	16
14. Direito processual civil brasileiro.....	17
15. Regulamento nº 737.....	18
16. Códigos estaduais.....	19
17. Códigos unitários.....	19
18. O Código de 1973	20
19. As reformas do Código de 1973 e a evolução do direito processual civil.....	21
20. A constante busca da efetividade da tutela jurisdicional	23
21. O Novo Código de Processo Civil	25
§ 3º Fontes do Direito Processual Civil	31
22. Noções gerais	31
23. Lei processual.....	32
24. A Constituição e os tratados.....	34
25. Doutrina e jurisprudência.....	35

26. A lei processual no tempo.....	38
27. A lei processual no espaço.....	39
28. Interpretação das leis processuais.....	39

Capítulo II – Princípios e Normas Fundamentais do Processo Civil

§ 4º Princípios Informativos do Direito Processual.....	43
29. Noções gerais: princípios universais.....	43
30. Princípios informativos e normas fundamentais do processo.....	46
31. Princípio do devido processo legal.....	47
32. Processo legal e processo justo.....	50
33. Direito e processo: instrumentalidade efetiva e celeridade procedimental.....	54
34. Princípio da verdade real.....	56
35. Princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição.....	59
36. Princípio da oralidade.....	61
36.1. Processo justo e oralidade.....	62
36.2. Processo justo e humanização da prestação jurisdicional.....	63
37. Princípio da economia processual.....	64
38. Princípio da duração razoável do processo.....	65
39. Princípio da eventualidade ou da preclusão.....	66
§ 5º Normas Fundamentais do Processo Civil.....	67
40. Noções introdutórias.....	67
41. Fonte imediata do direito processual civil (art. 1º).....	68
42. Coexistência dos princípios inquisitivo e dispositivo (art. 2º).....	70
43. Princípio da demanda.....	72
44. Acesso à Justiça (art. 3º).....	74
45. Meios alternativos de composição de litígios: arbitragem (art. 3º, § 1º).....	75
46. Meios alternativos de composição de conflitos: solução consensual (art. 3º, §§ 2º e 3º).....	75
47. Duração razoável do processo e celeridade de sua tramitação (art. 4º).....	77
48. Boa-fé (art. 5º).....	78
49. Princípio da cooperação (art. 6º).....	81
50. Princípio do processo justo e efetivo.....	85
51. Contraditório efetivo (arts. 7º, 9º e 10).....	86
52. Princípio da legalidade (art. 8º).....	89
53. Boa-fé e dignidade da pessoa humana (arts. 5º e 8º).....	91
54. Princípios informativos da Administração Pública: princípio da eficiência (art. 8º).....	92
55. Publicidade e fundamentação das decisões judiciais (art. 11).....	94
55.1. Relevância da fundamentação para o sistema de precedentes adotado pelo NCPC.....	96
56. Princípio da isonomia e repulsa ao tratamento privilegiado (art. 12).....	97
§ 6º Aplicação das Normas Processuais.....	99
57. Legislação de regência da jurisdição civil (art. 13).....	99
58. Legislação estadual concorrente.....	100
59. Aplicação imediata da lei processual (art. 14).....	100
60. Função subsidiária do Código de Processo Civil (art. 15).....	101

Capítulo III – Função Jurisdicional

§ 7º Jurisdição, Processo e Ação	103
61. Imperatividade da ordem jurídica	103
62. Justiça privada e justiça pública.....	103
63. As instituições básicas do sistema processual civil (jurisdição, processo e ação).....	104
§ 8º Jurisdição	106
64. Jurisdição.....	106
65. Jurisdição, função e efetividade.....	109
66. Características da jurisdição.....	110
66-A. A força normativa dos precedentes e a ampliação da própria função jurisdicional ...	113
67. Imparcialidade e disponibilidade.....	114
68. Objetivo da jurisdição	116
69. Efetividade da tutela jurisdicional.....	117
70. Princípios fundamentais	118
71. Jurisdição civil	120
72. Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária.....	120
73. Substitutivos da jurisdição	124
74. A evolução da jurisdição individual para a jurisdição coletiva.....	126
75. Panorama global do aprimoramento da jurisdição na evolução do Estado de Direito	129
§ 9º Processo	133
76. Conceito	133
77. A importância da definição e estabilização do objeto do processo.....	134
78. Processo e procedimento	135
79. Características do procedimento	138
80. Autonomia do processo.....	139
81. Espécies de processo.....	140
82. Funções do processo.....	141
83. Independência dos processos	142
84. Tutela ordinária e tutelas diferenciadas.....	143
85. Tutela ordinária e tutela de urgência	144
86. Tutela sancionatória e tutela inibitória	145
87. Pressupostos processuais.....	146
88. Os pressupostos processuais e a nulidade do processo	148
§ 10. Ação	153
89. O monopólio estatal da justiça.....	153
90. A ação: direito subjetivo à prestação jurisdicional	153
91. Autonomia do direito de ação	155
92. A evolução do conceito de ação	155
93. Prestação jurisdicional e tutela jurisdicional.....	157
93.1. Direito à composição do litígio e direito à tutela jurisdicional	158
94. A constitucionalização do direito de ação. Restauração do conceito de ação de direito material.....	159
94.1. Redução do papel atribuído à ação no contexto do processo constitucionalizado ...	160

95. Condições da ação.....	161
96. Enumeração e conceituação das condições da ação.....	165
97. Condições da ação estatuidas pelo Código de Processo Civil.....	166
98. Limites temporais da apreciação das condições de ação.....	172
99. Inter-relacionamento entre pressupostos processuais, condições da ação e mérito da causa	174
100. Classificação das ações	176
101. Ação e pretensão	177
102. Ação e pretensão nos planos material e processual.....	179
103. Ação e causa.....	181
104. Elementos identificadores da causa.....	182
105. Cumulação de ações	184
106. A defesa do réu.....	185
107. Espécies de resposta.....	186

Capítulo IV – Elementos e Efeitos do Processo

§ 11. Elementos do Processo.....	189
108. Visão dinâmica e estática do processo	189
109. A relação processual	190
110. Classificação dos elementos do processo.....	191
§ 12. Efeitos da Relação Processual.....	192
111. Noções gerais.....	192
112. Direitos processuais.....	192
113. Obrigações processuais	192
114. Deveres processuais	193
115. Ônus processuais.....	193

Parte II – Competência

Capítulo V – Limites da Jurisdição Nacional

§ 13. Noções Gerais.....	195
116. Conceito	195
116.1. Jurisdição e competência.....	196
117. Distribuição da competência.....	197
118. Classificação da competência	197
§ 14. Competência Internacional	199
119. Noções gerais.....	199
120. Espécies de competência internacional.....	199
121. Competência concorrente e litispendência	201
§ 15. Cooperação Internacional	203
122. Noções gerais.....	203
123. Modalidades de cooperação	205

124. Do auxílio direto	205
125. Da carta rogatória	207
126. Das disposições comuns ao auxílio direto e à carta rogatória.....	208
§ 16. Competência Interna	209
127. Noções gerais	209
128. Competência em matéria civil.....	210
129. Competência da Justiça Federal	211
130. Competência das Justiças Estaduais	213
§ 17. Critérios de Determinação da Competência Interna	214
131. Generalidades	214
132. Competência do foro e competência do juiz	216
133. Divisão da competência do foro.....	216
134. Cumulatividade de juízos competentes.....	216
135. Competência por distribuição.....	216
136. <i>Perpetuatio iurisdictionis</i>	217
§ 18. Competência em Razão do Valor da Causa e em Razão da Matéria.....	222
137. Competência em razão do valor da causa.....	222
138. Competência em razão da matéria	222
§ 19. Competência Funcional	223
139. Conceito	223
140. Classificação.....	223
141. Casos de competência funcional por graus de jurisdição.....	224
142. Casos de competência funcional pelo objeto do juízo	224
§ 20. Competência Territorial	225
143. Conceito	225
144. Foro comum.....	226
145. Foros subsidiários ou supletivos	226
146. Foros especiais	227
147. Ações reais imobiliárias.....	228
148. Foro da sucessão hereditária e da ausência.....	228
149. Foro da União, dos Estados e do Distrito Federal	230
150. Foros <i>ratione personae</i>	233
151. Foro das pessoas jurídicas.....	234
152. Foro dos Estados e Municípios.....	234
153. Foros <i>ratione loci</i> em matéria de obrigações.....	235
154. Foro relativo à arbitragem.....	236
155. Foro do idoso.....	236
156. Foro central e foros distritais ou regionais.....	237
§ 21. Modificações da Competência	240
157. Competência absoluta e competência relativa	240
158. Prorrogação de competência	241

159. Prorrogação legal. Conexão e continência.....	242
160. Modalidades de conexão.....	243
161. Continência.....	244
162. Intensidade da conexão.....	245
163. Efeito prático da conexão.....	248
164. Efeito prático da continência.....	249
165. Prevenção.....	250
166. A prevenção em caso de continência de ações.....	250
167. A conexão e a competência absoluta.....	251
168. Oportunidade da reunião das ações conexas.....	252
169. Outros casos de prorrogação legal.....	253
170. Conexão entre ação penal e ação civil.....	254
171. Prorrogação voluntária.....	257
172. Derrogação de foros especiais instituídos por leis de ordem pública.....	259
173. Prorrogação de competência em caso de foro de eleição ajustado em contrato de adesão.....	260
174. Prorrogação de competência no âmbito da Justiça Federal.....	261
§ 22. Declaração de Incompetência.....	263
175. Verificação de competência.....	263
176. Alegação de incompetência.....	264
177. Foro de eleição e declinação de competência.....	266
§ 23. Conflito de Competência.....	268
178. Noções gerais.....	268
179. Conflito de competência e arguição incidental de incompetência.....	269
180. Procedimento do conflito.....	270
181. Efeitos do conflito.....	271
§ 24. Cooperação Nacional.....	273
182. Noções gerais.....	273

Parte III – Sujeitos do Processo

Capítulo VI – Partes e Procuradores

§ 25. Partes.....	277
183. Partes.....	277
184. Nomenclatura.....	278
185. Substituição processual.....	279
186. Sucessão de parte e alienação do bem litigioso.....	281
187. Capacidade processual.....	282
188. Massas patrimoniais personalizadas.....	283
189. Capacidade processual das pessoas casadas.....	284
190. Curatela especial.....	288
191. Representação das pessoas jurídicas e das pessoas formais.....	289
192. Incapacidade processual e irregularidade de representação.....	291
§ 26. Deveres e Direitos das Partes e Procuradores.....	293
193. Deveres.....	293

194. Ato atentatório à dignidade da justiça.....	295
195. Responsabilidade das partes por dano processual.....	299
196. Direitos	301
197. Direito especial dos litigantes idosos e portadores de doenças graves	302
§ 27. Despesas e Multas	304
198. Ônus financeiro do processo	304
199. Antecipação das despesas	305
200. Autor residente fora do Brasil (<i>cautio pro expensis</i>)	308
201. A sucumbência e as obrigações financeiras do processo.....	308
202. Ressalvas aos efeitos da sucumbência	309
203. Extinção do processo por perda do objeto	311
204. Sucumbência recíproca	312
205. Realização da obrigação de pagar as despesas processuais.....	313
206. Multas	313
207. Honorários de advogado.....	313
208. Honorários sucumbenciais e direito autônomo do advogado	314
209. Inclusão dos honorários advocatícios no ressarcimento de perdas e danos.....	315
210. Honorários do curador especial.....	316
211. Cabimento da verba sucumbencial de honorários	317
212. Inoperância da sucumbência.....	323
213. Fixação dos honorários	324
214. Critérios de fixação de honorários nas ações de que participe a Fazenda Pública.....	325
214-A. Dispensa de condenação da Fazenda Nacional em honorários sucumbenciais	327
215. Alguns casos especiais de fixação de honorários.....	327
216. Execução dos honorários de sucumbência.....	329
217. Exigência dos honorários sucumbenciais e encargos moratórios	330
218. Assistência judiciária (gratuidade da justiça).....	330
219. Assistência judiciária e atos notariais ou registrais.....	333
220. Procedimento para obtenção da assistência judiciária	334
221. Regime especial de intimação da Defensoria Pública	335
222. Revogação do benefício.....	335
§ 28. Advogados.....	337
223. Capacidade de postulação.....	337
224. O mandato judicial	337
225. Revogação e renúncia do mandato	339
226. Direitos e deveres	339
§ 29. Sucessão das Partes e dos Procuradores.....	342
227. Sucessão de parte.....	342
228. Sucessão do advogado	344
<i>Capítulo VII – Pluralidade de Partes</i>	
§ 30. Litisconsórcio.....	347
229. Pluralidade de partes	347

230. Classificações	348
231. Espécies de litisconsórcio.....	348
232. Sistema do Código	350
233. Casos legais de litisconsórcio.....	351
234. Litisconsórcio necessário e litisconsórcio unitário.....	352
235. Precisão do sistema litisconsorcial instituído pelo novo Código	353
236. Litisconsórcio necessário ativo e passivo.....	355
237. Mobilidade da posição processual do litisconsorte necessário.....	356
238. Litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação.....	358
239. Citação do litisconsorte necessário ordenada pelo juiz	359
240. Litisconsórcio facultativo unitário.....	361
241. Litisconsórcio facultativo recusável.....	362
242. Posição de cada litisconsorte no processo	363
243. Autonomia dos litisconsortes para os atos processuais.....	365
§ 31. Intervenção de Terceiros	367
244. Conceito	367
245. Classificações.....	367
§ 32. Assistência.....	369
246. Conceito	369
247. Pressupostos da intervenção.....	369
248. Assistência simples e assistência litisconsorcial.....	371
249. Cabimento e oportunidade da intervenção assistencial	373
250. Procedimento	374
251. Poderes e ônus processuais do assistente simples e litisconsorcial.....	375
252. Encargos do assistente e limites de sua atuação.....	376
253. Recursos	378
254. A assistência e a coisa julgada.....	379
255. Assistência provocada.....	380
256. Assistência atípica ou negociada.....	381
257. Assistência de legitimado coletivo em ação de natureza individual.....	382
258. O recurso de terceiro prejudicado	383
§ 33. Denúnciação da Lide	386
259. Conceito	386
260. Denúnciação da lide em outros sistemas jurídicos.....	388
261. Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo contra o funcionário causador do dano.....	389
262. Obrigatoriedade da denúnciação da lide	392
263. Casos de não cabimento da denúnciação da lide.....	393
264. Objetivo do incidente	394
265. Legitimação.....	394
266. Procedimento	395
267. Efeitos da denúnciação da lide	397
268. Cumprimento da sentença que acolhe a denúnciação.....	399

269. Recursos	401
270. Execução da sentença	401
271. Denúncias sucessivas	403
§ 34. Chamamento ao Processo	406
272. Conceito	406
273. Casos de admissibilidade do incidente	406
274. Procedimento	408
275. Chamamento ao processo nas ações do consumidor.....	409
276. O chamamento ao processo em caso de seguro de responsabilidade civil.....	409
§ 35. Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica	412
277. A desconsideração da personalidade jurídica	412
278. A desconsideração inversa da personalidade jurídica.....	414
279. Procedimento do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	415
280. Efeitos da desconsideração da personalidade jurídica.....	418
281. Prevenção contra a fraude.....	418
§ 36. <i>Amicus Curiae</i>	421
282. Conceito	421
283. Natureza jurídica	422
284. Procedimento da intervenção	424
285. Poderes do <i>amicus curiae</i>	427
286. Deslocamento de competência.....	428
287. Custas e honorários processuais	428
<i>Capítulo VIII – Do Juiz e dos Auxiliares da Justiça</i>	
§ 37. Organização Judiciária	429
288. O Poder Judiciário brasileiro	429
289. Duplo grau de jurisdição.....	431
290. Jurisdição extraordinária.....	431
291. Competência	432
292. Disciplina da magistratura.....	433
§ 38. Órgãos Judiciários.....	434
293. Juizes	434
294. Requisitos de atuação do juiz	434
294.1. Limites necessários à independência do juiz	435
295. Garantias da magistratura.....	436
296. Poderes e deveres procedimentais do juiz	437
297. Outros poderes e deveres do juiz, no plano decisório	442
298. Atividade criativa do juiz	443
299. Uma advertência sobre o garantismo processual e o ativismo judicial.....	444
300. Responsabilidade do juiz.....	448
301. Garantia de imparcialidade do juiz.....	448
302. Casuismo legal.....	449

303. Juiz-testemunha.....	450
304. Exclusão do juiz suspeito ou impedido.....	451
305. Procedimento da alegação de impedimento e de suspeição.....	451
306. Impedimento ou suspeição de outros sujeitos processuais.....	454
§ 39. Auxiliares da Justiça.....	456
307. O juízo.....	456
308. Escrivão ou chefe de secretaria.....	456
309. Oficial de justiça.....	459
310. Perito.....	460
311. Depositário e administrador.....	462
312. Intérprete e tradutor.....	463
313. Dos conciliadores e mediadores judiciais.....	464
314. Outros auxiliares eventuais.....	477

Capítulo IX – SujeitoS Especiais do Processo

§ 40. O Ministério Público.....	479
315. Conceito.....	479
316. Funções.....	480
316.1. Funções de <i>custos legis</i> , segundo o Conselho Nacional do Ministério Público.....	482
317. Natureza.....	483
318. Ministério Público como parte.....	483
319. Ministério Público como <i>custos legis</i>	484
320. Ausência do Ministério Público no processo.....	485
321. Órgãos do Ministério Público.....	486
322. Princípios e garantias.....	486
323. Responsabilidade civil dos membros do Ministério Público.....	487
§ 41. Da Advocacia Pública.....	488
324. Conceito, funções e prerrogativas.....	488
325. Responsabilidade civil dos membros da Advocacia Pública dos entes federados....	488
§ 42. Da Defensoria Pública.....	489
326. Conceito, funções e prerrogativas.....	489
327. Responsabilidade civil dos membros da Defensoria Pública.....	489

Parte IV – Atos Processuais

Capítulo X – Fatos Jurídicos Processuais

§ 43. Atos Processuais.....	491
328. Conceito.....	491
329. Características e natureza dos atos processuais.....	493
330. Agentes.....	494
331. Atos do processo e atos do procedimento.....	495
332. Classificação dos atos processuais.....	495
333. Forma dos atos processuais.....	497

334. Publicidade.....	498
335. Meios de expressão	499
336. Os negócios jurídicos processuais.....	500
337. Calendário para a prática de atos processuais.....	505
338. O uso de sistema de transmissão de dados. Fac-símile ou outro similar	506
339. O grande programa de implantação do processo eletrônico no Brasil	508
340. A prática eletrônica de atos processuais no novo Código de Processo Civil	510
340.1. Regulamentação unificadora de atos processuais eletrônicos em todo o ter- ritório nacional baixada pelo CNJ.....	512
341. O processo eletrônico nos Tribunais Superiores.....	513
§ 44. Atos da Parte	515
342. Conceito e classificação.....	515
343. Eficácia dos atos das partes.....	516
344. Petições e autos suplementares.....	517
345. Cotas marginais e interlineares nos autos.....	518
§ 45. Atos do Juiz.....	519
346. Atividade processual do juiz.....	519
347. Atos decisórios.....	519
348. Definições legais.....	520
349. Decisão interlocutória	523
350. Despachos	524
351. Sentença.....	525
352. Atos não decisórios	528
353. Forma dos atos decisórios.....	529
§ 46. Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria.....	531
354. Documentação e comunicação dos atos processuais	531
355. Autuação.....	532
356. Termos processuais	533
357. Forma dos termos	533
<i>Capítulo XI - O Ato Processual no Tempo e no Espaço</i>	
§ 47. O Tempo e o Lugar dos Atos Processuais	535
358. O tempo.....	535
359. Feriados e férias forenses.....	536
360. Processos que correm nas férias.....	538
361. Férias e recesso forense.....	538
362. O lugar	539
§ 48. Prazos.....	541
363. Disposições gerais	541
364. Classificação.....	542
365. Natureza dos prazos.....	542
366. Interpretação e aplicação das regras sobre prazo.....	544
367. O curso dos prazos.....	544

368. Contagem dos prazos: termo inicial.....	548
369. Contagem dos prazos no processo eletrônico.....	551
370. Prazos para recurso.....	553
371. Ciência inequívoca.....	554
372. Termo final.....	556
373. Preclusão.....	557
374. Prazos para as partes.....	557
375. Prazos para o juiz e seus auxiliares.....	559
376. Prazos para o Ministério Público, Fazenda Pública e Defensoria Pública.....	560
377. Verificação dos prazos e penalidades: prazos dos serventuários.....	561
378. Inobservância de prazo da parte.....	561
379. Inobservância dos prazos do juiz.....	562

Capítulo XII - O Intercâmbio Processual

§ 49. Atos de Comunicação Processual e Atos Fora da Circunscrição Territorial do Juízo.....	563
380. Intercâmbio processual.....	563
381. Forma dos atos de comunicação.....	564
382. A comunicação eletrônica.....	564
383. Atos processuais fora dos limites territoriais do juízo: cartas de ordem, precatórias e rogatórias.....	564
384. Requisitos das cartas.....	565
385. Cumprimento das cartas.....	567
386. Cartas urgentes.....	568
387. Custas nas cartas.....	568
388. Cartas rogatórias.....	569
§ 50. Citação.....	570
389. Conceito.....	570
390. Suprimento da citação.....	571
391. Destinatário da citação inicial.....	573
392. Local da citação.....	574
393. Impedimento legal de realização da citação.....	575
394. Modos de realizar a citação.....	575
395. Citação por oficial de justiça.....	576
396. Citação com hora certa.....	578
397. Citação pelo correio.....	581
398. Citação por edital.....	582
399. Citação por meio eletrônico.....	585
400. Responsabilidade do promovente da citação-edital.....	585
401. Efeitos da citação.....	586
402. Litispendência.....	586
403. Litigiosidade.....	587
404. Mora.....	587
405. Prescrição.....	588
406. Antecipação do efeito interruptivo da prescrição.....	589
406-A. Eficácia subjetiva da interrupção da prescrição.....	590
407. A força de interpelação reconhecida à citação.....	590

§ 51. Intimações.....	592
408. Conceito	592
409. Forma.....	592
410. Intimação pelo escrivão ou oficial de justiça.....	599
411. Aperfeiçoamento da intimação	600
412. Intimação em audiência.....	602
413. Intimação por edital ou com hora certa.....	602
414. Efeitos da intimação.....	603

Capítulo XIII – Invalidade dos Atos Processuais

§ 52. Nulidade	605
415. Conceito	605
416. Espécies de vícios do ato processual.....	606
417. Atos inexistentes.....	606
418. Noção de nulidade	607
419. Atos absolutamente nulos	607
420. Atos relativamente nulos.....	608
421. Nulidade do processo e nulidade do ato processual.....	609
422. Sistema de nulidades do Código.....	610
423. Nulidades cominadas pelo Código.....	611
424. Nulidades da citação e intimação.....	613
425. Arguição das nulidades.....	613
426. Momento da arguição.....	614
427. Decretação de nulidade.....	615
428. Efeitos da decretação	615

Capítulo XIV – Outros Atos Processuais

§ 53. Registro, Distribuição e Valor da Causa.....	617
429. Noções introdutórias	617
430. Registro.....	617
431. Distribuição	617
432. Distribuição por dependência.....	619
433. Distribuição por dependência como medida de coibição à má-fé processual.....	620
434. Valor da causa	624
435. Impugnação ao valor da causa	627

Parte V – Tutela Provisória

Capítulo XV – Tutela de Urgência e Tutela da Evidência

§ 54. Noções Gerais.....	629
436. Introdução.....	629
437. Tutelas de urgência e da evidência.....	630
438. Tentativa doutrinária de fixar uma unidade ontológica entre todas as tutelas sumárias provisórias	632
439. A abolição da ação cautelar.....	634

440. A visão unitária da tutela de urgência	635
441. Da fungibilidade à unificação das tutelas de urgência	637
442. Traços comuns entre a tutela de urgência e a tutela da evidência	637
442-A. Modificação e revogação da medida provisória	639
442-B. Fundamentos do pedido de revogação ou modificação da tutela provisória ..	641
442-C. Casos especiais de extinção da tutela de urgência decretada em caráter antecedente	642
443. Regras comuns a todas as tutelas provisórias	642

Capítulo XVI – Tutelas de Urgência (I)

§ 55. Classificação, Características, Requisitos, Iniciativa, Forma e Conteúdo	645
444. Classificação das tutelas provisórias cautelares	645
445. Requisitos da tutela provisória de urgência	647
446. O <i>fumus boni iuris</i>	647
447. O <i>periculum in mora</i>	648
448. Reversibilidade	649
449. Perigo de dano reverso	650
450. Fungibilidade das tutelas de urgência	651
451. Necessidade de fundamentação adequada	652
452. Medida liminar <i>inaudita altera parte</i>	653
453. Limitações especiais às liminares contra atos do Poder Público	654
454. Comprovação dos requisitos da medida liminar	655
455. Distinção entre liminar e medida de urgência	656
456. Liminar nem sempre corresponde à cautelaridade	657
457. Contracautela	659
458. Oportunidade da tutela de urgência	661
459. Iniciativa da tutela de urgência e da evidência	662
460. Medidas cautelares nominadas e medidas cautelares inominadas	663
461. Poder discricionário na tutela de urgência genérica	664
462. Forma e conteúdo das tutelas de urgência	664
463. A discricionariedade do poder geral de prevenção e a escolha da medida	665
464. Aplicação prática de medidas inominadas	666
465. Limites do poder geral de cautela	667

Capítulo XVII – Tutelas de Urgência (II)

§ 56. Competência e Procedimentos da Tutela de Urgência	671
466. Competência	671
467. Os procedimentos das tutelas de urgência	673
468. Tutela de urgência incidental	673
469. Tutela de urgência antecedente	674
§ 57. Competência e Procedimentos da Tutela de Urgência Conservativa Antecedente	676
470. Petição inicial	676
471. Lide e seu fundamento	676
472. Exposição sumária do direito que se visa assegurar	677
473. Perigo na demora de prestação da tutela jurisdicional	677

474. Outros requisitos da petição inicial	677
475. Despacho da petição inicial e a citação do réu.....	678
476. A defesa do réu	678
477. Prazo para o autor deduzir o pedido principal	680
478. Inobservância do prazo de dedução do pedido principal	681
479. Indeferimento da medida: dedução do pedido principal e possibilidade de formação de coisa julgada	681
480. Procedimento de dedução do pedido principal.....	682
481. Impossibilidade de renovar a medida conservativa que perdeu a eficácia.....	683
§ 58. Procedimento da Tutela de Urgência Satisfativa Antecedente.....	685
482. Reafirmação da distinção entre tutela satisfativa e tutela conservativa	685
483. Legitimação.....	687
484. Processos que comportam a antecipação de tutela satisfativa	687
485. Antecipação de tutela satisfativa e as diversas modalidades de sentença de mérito.....	689
486. Tutela de urgência satisfativa: procedimento especial dos arts. 303 e 304 do NCPC...	695
487. Detalhamento do procedimento destinado a obter possível estabilização da medida satisfativa.....	696
488. Defesa do sujeito passivo da medida de urgência satisfativa antecedente	699
489. Pedido de reconsideração	700
490. Esquema do procedimento da tutela urgente satisfativa antecedente, no rito adequado à estabilização da medida provisória.....	701
491. Esquema do procedimento da tutela urgente satisfativa antecedente sem a perspectiva de estabilização da medida liminar	702
§ 59. Estabilização da Tutela de Urgência Satisfativa Antecedente.....	705
492. O sistema de estabilização adotado pelo Código de 2015	705
493. Propositura da ação principal depois de ocorrida a estabilização da tutela provisória satisfativa.....	707
494. Prazo para ajuizamento da ação de cognição plena	708
§ 60. Normas Comuns às Tutelas Urgentes.....	710
495. Extinção das tutelas de urgência antecedentes.....	710
496. Responsabilidade civil pela tutela de urgência.....	711
<i>Capítulo XVIII – Tutela da Evidência</i>	
§ 61. Regime Particular da Tutela da Evidência	713
497. Tutela da evidência.....	713
498. Oportunidade e conteúdo da tutela da evidência.....	714
499. Legitimação.....	716
500. O casuismo legal da tutela da evidência.....	717
<i>Capítulo XIX – Força das Medidas Provisórias</i>	
§ 62. Decisão e Cumprimento das Medidas Provisórias.....	723
501. Julgamento da pretensão à tutela provisória	723

502. Cumprimento das medidas de urgência	723
503. Mandamentalidade das medidas de tutela sumária	727
504. Execução das medidas urgentes satisfativas	728
505. Execução das medidas definidas com base na tutela da evidência.....	729
506. Provisoriamente do cumprimento de todas as decisões deferidoras das tutelas sumárias....	730

Capítulo XX – Medidas Cautelares Nominadas

§ 63. Regime do Novo CPC.....	731
507. Introdução.....	731
508. Arresto	731
509. Sequestro	732
510. Arresto e sequestro	733
511. Arrolamento de bens	733
512. Registro de protesto contra alienação de bens	734
513. Outras medidas cautelares tradicionais.....	735

Parte VI – Instauração, Crise e Fim do Processo

Capítulo XXI – Formação, Suspensão e Extinção do Processo

§ 64. Introdução.....	739
514. Noções gerais	739
§ 65. Formação do Processo.....	741
515. O processo.....	741
516. Sujeitos da relação jurídico-processual	741
517. Início do processo	743
518. Formação gradual da relação processual	744
519. Estabilização do processo.....	744
520. Alteração do pedido.....	745
521. Alterações subjetivas.....	746
§ 66. Suspensão do Processo	748
522. Conceito	748
523. Os casos de suspensão do processo	749
524. Suspensão por morte ou perda de capacidade processual.....	750
525. Suspensão por convenção das partes.....	751
526. Suspensão em razão de arguição de impedimento ou suspeição do juiz	752
527. Suspensão por prejudicialidade.....	752
528. Prejudicialidade e conexão	753
529. Suspensão pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas	755
530. Suspensão pela discussão em juízo de questão decorrente de acidentes e fatos da navegação da competência do tribunal marítimo	755
531. Suspensão por motivo de força maior	756
532. Outros casos legais de suspensão	756
532-A. Suspensão por motivo de parto ou concessão de adoção.....	756
532-B. Suspensão por motivo de o advogado tornar-se pai	757

533. Férias e suspensão do processo	757
534. Suspensão por necessidade de verificação de fato delituoso na justiça criminal.....	758
§ 67. Extinção do Processo.....	759
535. Encerramento da relação processual.....	759
536. Sentenças definitivas e terminativas.....	759

PARTE ESPECIAL PROCESSO DE CONHECIMENTO

Parte VII – Processo e Procedimento

Capítulo XXII – Procedimento Comum e Procedimentos Especiais

§ 68. Processo e Procedimentos de Cognição	763
537. Processo.....	763
538. Procedimento	764
539. Procedimentos no processo de cognição	765
540. Procedimentos especiais: jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	766
541. Esquema do procedimento comum.....	767
542. Fases do procedimento comum	768
543. Fase postulatória.....	768
544. Fase saneadora.....	769
545. Fase instrutória	769
546. Fase decisória.....	770
547. Adequação do procedimento	770
§ 69. Procedimento Sumário.....	773
548. Introdução.....	773
549. Causas de rito sumário	773
550. Elenco das causas sujeitas ao procedimento sumário	774
551. Outras causas de procedimento sumário.....	777
552. Indisponibilidade do rito sumário.....	778
553. O procedimento	779
554. A petição inicial e seu despacho.....	780
555. A citação e a resposta do réu	781
556. Audiência de conciliação	783
557. Audiência de instrução e julgamento	785
558. Revelia.....	785
559. Declaratória incidental, intervenção de terceiros, litisconsórcio e assistência	786

Parte VIII – Procedimento Comum

Capítulo XXIII – Fase de Postulação

§ 70. Petição Inicial	789
560. Fases do procedimento comum	789

561. Petição inicial.....	791
562. Requisitos da petição inicial.....	791
563. Despacho da petição inicial.....	794
564. Casos de indeferimento da petição inicial.....	797
565. Extensão do indeferimento.....	798
566. Improcedência liminar do pedido.....	799
567. Intimação da sentença <i>prima facie</i>	801
568. Recurso contra o julgamento <i>prima facie</i>	802
569. Preservação do contraditório e ampla defesa.....	802
570. Efeitos do despacho da petição inicial.....	803
§ 71. O Pedido.....	806
571. Petição inicial.....	806
572. Pedido.....	806
573. Requisitos do pedido.....	807
574. Pedido em ação relacionada com contratos de empréstimos, financiamento ou alienação de bens.....	807
575. Pedido concludente.....	809
576. Pedido genérico.....	809
577. Pedido cominatório.....	810
578. Pedido alternativo.....	811
579. Pedidos subsidiários.....	812
580. Pedido de prestações periódicas.....	813
581. Pedido de prestação indivisível.....	814
582. Pedidos cumulados.....	815
583. Espécies de cumulação de pedidos.....	816
584. Interpretação do pedido.....	817
585. Pedidos implícitos.....	817
586. Aditamento e modificação do pedido.....	818
§ 72. A audiência de conciliação ou de mediação.....	820
587. Introdução.....	820
588. Audiência preliminar de conciliação ou de mediação.....	820
589. Prazo para a contestação.....	823
§ 73. A Resposta do Réu.....	825
590. A defesa do réu.....	825
591. A resposta do réu.....	825
592. Espécies de defesa.....	827
593. Defesa processual.....	827
594. Defesa de mérito.....	828
595. Reconvenção.....	829
596. Síntese.....	829
§ 74. Contestação.....	830
597. Conceito.....	830

598. Conteúdo e forma da contestação.....	831
599. Ônus da defesa especificada	831
600. Preliminares da contestação	833
601. Conhecimento <i>ex officio</i> das preliminares.....	836
602. Alegação de ilegitimidade <i>ad causam</i>	837
603. Alegação de incompetência do juízo.....	838
604. Alegação de abusividade da cláusula de eleição de foro	839
605. Réplica ou impugnação do autor	839
§ 75. Reconvenção	840
606. Conceito	840
607. Contestação reconvenicional: uma inovação do novo Código de Processo Civil.....	841
608. Pressupostos da reconvenção	842
609. Reconvenção e compensação	845
610. Procedimento	847
611. Reconvenção sem contestação	849
612. Extinção do processo principal	849
§ 76. Revelia e Reconhecimento do Pedido	851
613. Revelia.....	851
614. Os efeitos da revelia	852
615. Alteração do pedido.....	856
616. Reconhecimento da procedência do pedido	857
 <i>Capítulo XXIV – Fase de Saneamento</i> 	
§ 77. Providências Preliminares.....	859
617. Conceito	859
618. Réplica do autor.....	860
619. Revelia e provas	861
620. Intervenção do Ministério Público	862
621. Ação declaratória incidental	862
622. Outras providências preliminares.....	862
§ 78. Julgamento Conforme o Estado do Processo.....	864
623. Conceito	864
624. Extinção do processo.....	865
625. Julgamento antecipado do mérito.....	866
626. Julgamento antecipado parcial do mérito.....	867
627. Liquidação e execução da decisão antecipada parcial.....	869
628. Procedimento e recurso do julgamento parcial antecipado	870
§ 79. Saneamento e Organização do Processo.....	872
629. Decisão de saneamento	872
630. Cabimento.....	873

631. Conteúdo.....	874
631.1. Delimitação consensual das questões de fato e de direito.....	876
632. Direito de esclarecimentos sobre a decisão de saneamento	877
633. Formas da decisão de saneamento.....	879

Capítulo XXV – Instrução e Debate da Causa

§ 80. Audiência de Instrução e Julgamento.....	881
634. Audiência	881
635. Características da audiência	882
636. Atos preparatórios.....	884
637. Adiamento da audiência.....	885
638. Antecipação de audiência	887
639. Conciliação	887
640. Procedimento da conciliação	889
641. Instrução e julgamento.....	890
642. Documentação da audiência	891

Capítulo XXVI – Fase Probatória

§ 81. A Prova.....	895
643. Conceito	895
644. Direito fundamental à prova	896
645. Características da prova	898
646. Objeto da prova	899
647. Finalidade e destinatário da prova.....	902
648. Prova e verdade	903
649. Valoração da prova.....	905
650. Sistema legal da valorização da prova	906
651. O sistema do Código	910
652. Poder de instrução do juiz	911
653. Iniciativa probatória do juiz e democracia	916
654. Garantismo processual e ativismo judicial	918
§ 82. Ônus da Prova	921
655. Ônus da prova.....	921
656. Ônus da prova: natureza	922
657. Os dois aspectos do ônus da prova	923
658. Sistema legal do ônus da prova.....	925
659. Conflito de versões sobre o fato constitutivo do direito do autor	927
660. Iniciativa probatória do juiz e ônus legal da prova.....	927
661. Distribuição estática do ônus da prova	928
662. Distribuição dinâmica do ônus da prova	930
663. Justificativa da redistribuição dinâmica do ônus da prova.....	935
664. O emprego da técnica da distribuição dinâmica não é discricionário.....	937
665. Procedimento a observar para alterar o regime legal do ônus probatório	937
666. Teoria do ônus dinâmico da prova e garantismo processual	938

667. Ônus dinâmico da prova e contraditório.....	939
668. A distribuição dinâmica do ônus da prova e as provas difíceis	940
669. Ônus da prova nas ações do consumidor	942
670. Convenção sobre ônus da prova	943
§ 83. Meios de Prova	945
671. Meios de prova	945
672. Prova por presunção.....	946
673. Presunção legal e ficção legal.....	948
674. Regras de experiência comum e conhecimento privado do juiz	948
675. Procedimento probatório.....	949
676. Instrução por meio de carta.....	951
677. Dever de colaboração com a Justiça	952
678. Prova emprestada.....	953
679. Boa-fé e prova.....	955
§ 84. Da Produção Antecipada da Prova.....	958
680. Noções introdutórias.....	958
681. Antecipação de prova	958
682. Cabimento.....	959
683. Oportunidade	963
684. Objeto da antecipação de prova	963
685. Competência.....	964
686. Procedimento	964
687. Sentença.....	966
688. Valoração da prova antecipada	966
689. Eficácia	967
690. Medida <i>inaudita altera parte</i>	967
691. Despesas processuais	967
692. Destino dos autos.....	967

Capítulo XXVII – Meios Legais de Prova

§ 85. Ata Notarial.....	969
693. Conceito	969
694. Natureza da ata notarial	970
695. Necessidade de requerimento da parte interessada.....	971
696. Falsidade da ata	971
697. Exemplos de fatos registráveis em ata notarial.....	971
§ 86. Depoimento Pessoal	973
698. Conceito	973
699. Sanção decorrente do ônus de prestar depoimento pessoal.....	973
700. Legitimação para o depoimento.....	974
701. Objeto do depoimento pessoal.....	975
702. Procedimento	975

§ 87. Confissão.....	977
703. Conceito	977
704. Requisitos da confissão	978
705. Classificações.....	979
706. Efeitos da confissão.....	979
707. Indivisibilidade da confissão	980
708. Valor da confissão extrajudicial	981
§ 88. Exibição de Documento ou Coisa.....	982
709. Conceito	982
710. Oportunidade da medida.....	983
711. Legitimação e interesse.....	983
712. Procedimento e efeitos da exibição requerida contra a parte	984
712.1. Exibição intentada contra cadastro de pontualidade.....	986
713. Procedimento e consequências da exibição requerida contra terceiro.....	986
§ 89. Prova Documental	991
714. Conceito	991
715. Força probante dos documentos.....	992
716. Documentos públicos.....	993
717. Reprodução de documentos públicos	994
718. Documentos particulares.....	995
719. Valor probante do documento particular	996
720. Telegramas, cartas, registros domésticos	998
721. Livros empresariais	999
722. Documentos arquivados em meio eletromagnético.....	1001
723. Reprodução de documentos particulares	1002
724. Reproduções mecânicas de coisas ou fatos.....	1003
725. Documentos viciados em sua forma	1004
726. Falsidade documental.....	1005
727. Espécies de falsidade.....	1005
728. Ônus da prova.....	1007
729. A arguição de falsidade	1008
730. Procedimento do incidente de falsidade.....	1009
731. Facultatividade do incidente de falsidade.....	1011
732. Produção da prova documental	1012
733. Desentranhamento de documentos.....	1015
§ 90. Documentos Eletrônicos.....	1017
734. Noção introdutória	1017
735. Documento eletrônico.....	1017
736. Regime legal.....	1018
737. Documento eletrônico não certificado	1019
§ 91. Prova Testemunhal.....	1021
738. Conceito	1021

739. Valor probante das testemunhas	1022
740. Inadmissibilidade da prova testemunhal	1023
741. Direitos e deveres da testemunha	1025
742. A produção da prova testemunhal.....	1029
§ 92. Prova Pericial	1036
743. Conceito	1036
744. Admissibilidade da perícia.....	1038
745. O perito	1040
746. O procedimento da prova pericial.....	1043
747. Valor probante da perícia.....	1049
748. Nova perícia	1050
§ 93. Inspeção Judicial	1052
749. Conceito	1052
750. Procedimento	1052
<i>Capítulo XXVIII – Fase Decisória</i>	
§ 94. Noções Introdutórias.....	1055
751. Conceito de processo.....	1055
752. Conteúdo e finalidade do processo	1056
§ 95. Sentença (I).....	1058
753. Definição legal e classificação doutrinária	1058
754. Sentença terminativa: extinção do processo sem julgamento do mérito	1060
754.1. Indeferimento da inicial	1061
754.2. Abandono da causa	1061
754.3. Ausência de pressupostos processuais	1063
754.4. Perempção	1064
754.5. Litispendência e coisa julgada.....	1064
754.6. Condições da ação.....	1065
754.7. Perda do objeto	1067
754.8. Convenção de arbitragem.....	1068
754.9. Desistência da ação	1069
754.10. Intransmissibilidade da ação.....	1070
754.11. Confusão entre autor e réu.....	1070
755. Efeito da extinção do processo sem julgamento do mérito.....	1071
756. Iniciativa da extinção do processo.....	1072
757. Saneamento do processo, quando o defeito for suprível.....	1072
758. Juízo de retratação.....	1073
§ 96. Sentença (II).....	1074
759. Extinção do processo com resolução de mérito.....	1074
759.1. Acolhimento ou rejeição do pedido.....	1076

759.2. Prescrição e decadência	1076
759.3. A prescrição e os diversos tipos de ação	1078
759.4. Reconhecimento da procedência do pedido pelo réu	1080
759.5. Transação	1081
759.6. Retratação e rescisão de transação	1082
759.7. Renúncia à pretensão	1083
760. Natureza da sentença definitiva	1085
761. Função da sentença definitiva	1086
762. Preferência da sentença definitiva sobre a terminativa (primazia do julgamento de mérito)	1087
763. Função da sentença terminativa.....	1088
§ 97. Estrutura e Formalidades da Sentença	1090
764. Conteúdo da sentença	1090
765. Relatório	1091
766. Motivação	1092
767. Dispositivo da sentença	1097
768. Condições formais da sentença	1098
769. Clareza	1098
770. Precisão.....	1098
771. A precisão da sentença no caso de obrigação de pagar quantia certa	1099
772. Sentença condenatória ilíquida	1100
773. A precisão da sentença que tenha por objeto obrigação de fazer ou não fazer	1101
774. Extensão das regras de tutela às obrigações de fazer e não fazer aos deveres de natureza não obrigacional	1105
775. Regras especiais de tutela às obrigações de entrega de coisa	1106
776. Regra especial de tutela específica às obrigações de declaração de vontade (modalidade de obrigação de fazer).....	1107
777. Regras especiais de tutela das obrigações de quantia certa	1107
§ 98. Publicação, Interpretação e Correção da Sentença.....	1109
778. Publicação e intimação da sentença	1109
779. Efeitos da publicação	1110
780. Correção e integração da sentença	1111
781. Princípio da demanda e princípio da congruência.....	1112
782. Nulidade da sentença <i>ultra petita</i> , <i>citra petita</i> e <i>extra petita</i>	1113
783. Interpretação da sentença	1117
§ 99. Classificação das Sentenças	1121
784. Classificações	1121
785. Sentenças declaratórias.....	1122
786. Sentenças condenatórias	1124
787. Sentença constitutiva	1126
788. Momento de eficácia da sentença	1127
789. Multiplicidade de efeitos da sentença.....	1127

§ 100. Efeitos da Sentença	1128
790. Conceito	1128
791. Entrega da prestação jurisdicional.....	1129
792. Classificação das sentenças quanto aos efeitos.....	1129
793. Hipoteca judiciária.....	1131
794. Outros efeitos secundários da sentença	1132
795. Duplo grau de jurisdição (remessa <i>ex officio</i> ou reexame necessário).....	1133
795.1. Julgamento da remessa necessária	1135
795.2. Exclusões da remessa necessária	1135
§ 101. Coisa Julgada	1137
796. A conceituação de coisa julgada no novo Código	1137
797. Sentença, efeitos e coisa julgada	1139
798. Coisa julgada administrativa	1142
799. Coisa julgada total e parcial.....	1142
800. Coisa julgada formal e material	1145
801. Terminologia do julgamento de mérito	1149
802. Fundamento da autoridade da coisa julgada.....	1150
803. Arguição da coisa julgada	1151
804. Dimensões possíveis da exceção de coisa julgada	1152
805. Efeitos positivos e negativos da coisa julgada.....	1152
806. Preclusão	1153
§ 102. Limites da Coisa Julgada.....	1157
807. Limites objetivos	1157
808. Motivos da sentença	1160
808.1. Motivo e <i>ratio decidendi</i>	1162
808.2. Revisão do mito de que só o dispositivo da sentença passa em julgado.....	1163
808.3. Tendência do direito comparado e a posição do novo CPC.....	1165
808.4. Processo civil espanhol.....	1167
808.5. Processo civil da Federação Russa.....	1167
808.6. Processo civil português	1168
808.7. Processo civil italiano.....	1168
808.8. Síntese	1171
809. Verdade dos fatos	1172
810. Questões prejudiciais.....	1173
811. Questões implicitamente resolvidas	1176
812. A eficácia preclusiva da coisa julgada.....	1178
812.1. Reflexos diferentes da eficácia preclusiva em face do autor e do réu	1181
813. Limites subjetivos.....	1181
814. Expansão dos limites subjetivos para além das partes do processo	1183
815. Limites subjetivos da coisa julgada e obrigações solidárias.....	1185
816. Coisa julgada nas ações coletivas	1187
817. Relações jurídicas de trato continuado e outros casos de rejuvimentos.....	1189
818. Limites temporais da coisa julgada.....	1191
819. Extensão da coisa julgada ao terceiro adquirente do bem litigioso.....	1192
820. Execução forçada e coisa julgada	1195

Capítulo XXIX – Título Judicial Ilíquido

§ 103. Liquidação da Sentença Condenatória Genérica.....	1197
821. Sentença ilíquida	1197
822. Execução da sentença ilíquida.....	1198
823. Liquidação de sentença declaratória e de outros títulos judiciais.....	1199
824. Casos de iliquidez da sentença	1199
825. Natureza jurídica da liquidação da sentença	1200
826. A liquidação e os honorários advocatícios	1202
827. Limites da liquidação.....	1204
828. Contraditório.....	1205
829. Liqueidez parcial da sentença.....	1206
830. Liquidação por iniciativa do vencido	1206
831. Recursos	1207
832. Liquidação frustrada.....	1209
§ 104. Procedimentos da Liquidação	1211
833. Procedimentos possíveis	1211
834. Liquidação por cálculo	1212
835. Cálculo com base em dados ainda não juntados aos autos	1213
836. Memória de cálculo a cargo da parte beneficiária da assistência judiciária	1213
837. Liquidação por arbitramento.....	1214
838. Liquidação pelo procedimento comum	1215
839. A indisponibilidade do rito da liquidação	1216
840. Rescisão da decisão liquidatória	1217

Capítulo XXX – Cumprimento da Sentença

§ 105. Disposições Gerais.....	1223
841. Introdução.....	1223
842. Custas e encargos do cumprimento de sentença	1224
843. Regras gerais disciplinadoras do cumprimento das sentenças	1225
Bibliografia	1229
Índice Onomástico	1257
Índice Alfabético de Assuntos	1263
Índice dos Fluxogramas.....	1291